ISSN: 2358-8829

ALFABETIZAÇÃO INCLUSIVA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA LEITURA E ESCRITA DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Ângela Maria da Silva[1]
Luana Maria de Albuquerque Bezerra [2]
Terezinha Nílvia da Silva [3]
Manoel José de Paula Filho[4]
Ladjane Maria Albuquerque Bezerra
Orientadora: Rozineide Iraci Pereira da Silva[5]

RESUMO

Este artigo sobre a alfabetização inclusiva idealiza-se como um dos notáveis desafios da educação contemporânea, sobretudo no que se refere à segurança do direito ao aprendizado da leitura e da escrita das crianças com deficiência. Entretanto, este estudo tem como objetivo analisar as práticas pedagógicas inclusivas que contribuem para o processo de alfabetização dos estudantes com deficiência, considerando suas especificidades cognitivas, sensoriais, motoras e socioemocionais. A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa de natureza básica com métodos bibliográficos, documental e de campo, fundamenta-se em referenciais teóricos que abordam a educação inclusiva, os processos de alfabetização e letramento, bem como a qualificação dos profissionais da educação e formação contínua dos docentes. Além disso, são apresentados relatos e reflexões a partir da observação de práticas pedagógicas desenvolvidas em salas de aula inclusivas do ensino fundamental nos anos iniciais em uma escola da rede municipal de uma cidade do agreste pernambucano. Os resultados evidenciam que a utilização de recursos pedagógicos acessíveis e adaptados, a adoção de metodologias ativas e colaborativas, a mediação pedagógica individualizada e a valorização das potencialidades e dos ritmos de aprendizagem dos estudantes são fatores essenciais para o avanço no desenvolvimento da leitura e da escrita. Conclui-se que a efetivação da alfabetização inclusiva demanda não apenas a adaptação de estratégias e materiais didáticos, mas também o investimento contínuo na formação docente, o trabalho articulado entre professores, famílias e profissionais de apoio, bem como o compromisso das instituições escolares com a construção de ações educativas equitativas, democráticas para o meio acadêmico.

Palavras-chave: Alfabetização inclusiva, Práticas pedagógicas, Deficiência, Leitura, Escrita.

INTRODUÇÃO

A alfabetização constitui uma etapa fundamental no processo de escolarização, pois possibilita ao estudante desenvolver conhecimentos e habilidades essenciais para a

[1]Especialista em Educação Inclusiva pelo Centro Universitário Facol-UNIFACOL, angelcumaru22@gmail.com;
[2] Graduada em Licencuatura em Pedagogia Universidade Paulista-UNIP, luanaalbuquerquebezerra86@gmail.com;
[3] Mestranda em educação da Christian Business School-CBS, nilviapaula2020@gmail.com;
[4] Doutorando em educação da Christian Business School-CBS, mano.educ@gmail.com;
[5] Professora orientadora: Doutora em Ciências da Educação da Universidade Federal de Alagoas-UFAL e professora orientadora da Christian Business School-CBS, neide-silva96@hotmail.com.

participação ativa na sociedade. Aprender a ler e a escrever não significa apenas dominar códigos e símbolos, mas também compreender, interpretar e utilizar a linguagem escrita em diferentes situações do cotidiano. Nesse sentido, a escola possui papel fundamental na garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes, incluindo aqueles que apresentam algum tipo de deficiência. A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva exige que as diferenças sejam reconhecidas e respeitadas, de modo que cada estudante tenha oportunidades de aprender e desenvolver suas potencialidades.

No contexto educacional brasileiro, a perspectiva da educação inclusiva tem sido fortalecida por meio de documentos legais e políticas públicas que asseguram o direito à educação das pessoas com deficiência. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996 – determina que a educação especial seja oferecida preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996). Posteriormente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, reforçou o direito à educação inclusiva em todos os níveis e modalidades de ensino, garantindo condições de acesso, participação, aprendizagem e permanência dos estudantes com deficiência (Brasil, 2015).

Apesar dos avanços legais, a efetivação da inclusão no cotidiano escolar ainda representa um desafio para as instituições de ensino e para os profissionais da educação. A presença do estudante com deficiência na sala de aula regular, por si só, não garante sua inclusão no processo de aprendizagem. É necessário que a escola desenvolva práticas pedagógicas capazes de considerar as diferentes formas de aprender, respeitando os ritmos, as necessidades e as potencialidades individuais. Para Mantoan (2015), a inclusão escolar pressupõe uma transformação das práticas e das estruturas educacionais, de modo que a escola seja capaz de atender à diversidade existente entre os estudantes, sem estabelecer mecanismos de exclusão ou segregação.

No processo de alfabetização, essas questões tornam-se ainda mais significativas, considerando que os estudantes apresentam diferentes níveis de desenvolvimento e diferentes maneiras de estabelecer relações com a leitura e a escrita. Para Soares (2020), alfabetizar envolve a apropriação do sistema de escrita alfabética, enquanto o letramento está relacionado à utilização da leitura e da escrita nas práticas sociais. Dessa maneira, o processo de alfabetização precisa possibilitar que o estudante não apenas reconheça letras,

sílabas e palavras, mas também compreenda a função social da escrita e seja capaz de utilizá-la em situações significativas.

Quando se trata de estudantes com deficiência, o trabalho pedagógico necessita considerar suas especificidades cognitivas, sensoriais, motoras e socioemocionais. Isso não significa reduzir as expectativas de aprendizagem, mas criar condições diferenciadas para que cada estudante possa acessar os conhecimentos trabalhados na escola. A utilização de recursos pedagógicos acessíveis, materiais adaptados, tecnologias assistivas, jogos, atividades lúdicas, imagens, recursos visuais e estratégias diversificadas pode favorecer a participação e a aprendizagem dos estudantes. Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as práticas educativas devem considerar a diversidade dos sujeitos e garantir condições para que todos desenvolvam as aprendizagens essenciais previstas para sua etapa de escolarização (Brasil, 2018).

Nesse cenário, o professor assume uma função fundamental como mediador do processo de ensino e aprendizagem. Sua atuação precisa ultrapassar a transmissão de conteúdos e envolver a observação das necessidades dos estudantes, o planejamento de estratégias diferenciadas e o acompanhamento contínuo dos avanços e das dificuldades encontradas. Para Vygotsky (2007), o desenvolvimento e a aprendizagem ocorrem por meio das interações sociais e da mediação, o que evidencia a importância da ação pedagógica e das relações estabelecidas no ambiente escolar. Assim, o professor pode contribuir para que o estudante avance em seu processo de aprendizagem por meio de intervenções adequadas às suas possibilidades.

Outro aspecto relevante refere-se à formação dos profissionais da educação. A construção de práticas inclusivas exige conhecimentos que permitam ao professor compreender as diferentes deficiências, identificar barreiras à aprendizagem e utilizar recursos e metodologias que favoreçam a participação de todos. A formação continuada torna-se, portanto, um elemento importante para o fortalecimento da prática pedagógica inclusiva. Segundo Nóvoa (2019), a formação docente precisa estar relacionada às situações concretas vivenciadas pelos professores, favorecendo a reflexão sobre a própria prática e a construção coletiva de conhecimentos no contexto escolar.

Além da atuação do professor, a alfabetização inclusiva depende de um trabalho articulado entre a escola, a família e os profissionais que acompanham o estudante. A colaboração entre esses diferentes sujeitos pode contribuir para a identificação das necessidades educacionais, para o acompanhamento do desenvolvimento e para a

elaboração de estratégias que favoreçam a aprendizagem. A inclusão, nesse sentido, não deve ser compreendida como responsabilidade exclusiva de um único profissional, mas como um compromisso coletivo da comunidade escolar.

Diante dessa realidade, torna-se necessário investigar como as práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano das escolas podem contribuir para a alfabetização de estudantes com deficiência. A análise dessas práticas permite identificar tanto as possibilidades existentes quanto os desafios enfrentados pelos professores na construção de uma educação que reconheça e valorize as diferenças. Nesse contexto, este estudo parte da compreensão de que a alfabetização inclusiva requer planejamento, flexibilidade, recursos adequados, mediação pedagógica e uma concepção de ensino comprometida com a aprendizagem de todos.

Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar as práticas pedagógicas inclusivas que contribuem para o processo de alfabetização dos estudantes com deficiência, considerando suas especificidades e diferentes ritmos de aprendizagem. Para tanto, busca-se compreender de que maneira os recursos pedagógicos acessíveis, as metodologias diferenciadas, a mediação docente e o trabalho colaborativo podem favorecer o desenvolvimento da leitura e da escrita. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola da rede municipal de uma cidade do Agreste pernambucano, considerando as experiências e práticas observadas no contexto das salas de aula inclusivas dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A relevância deste estudo está relacionada à necessidade de ampliar as discussões acerca da alfabetização de estudantes com deficiência, contribuindo para a reflexão sobre práticas pedagógicas que possam tornar o processo de ensino mais acessível, participativo e significativo. Dessa forma, compreender os desafios e as possibilidades presentes na realidade escolar pode colaborar para o fortalecimento de uma educação comprometida com a equidade, com o respeito às diferenças e com a garantia do direito de todos à aprendizagem.

METODOLOGIA

A presente pesquisa teve como objetivo analisar práticas pedagógicas inclusivas utilizadas no processo de alfabetização de estudantes com deficiência nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para isso, adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza

básica, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A escolha da abordagem qualitativa possibilitou compreender as experiências, práticas e percepções relacionadas ao processo de alfabetização inclusiva. Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa permite compreender significados, experiências e relações presentes em determinada realidade social.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de livros, artigos científicos e documentos acadêmicos relacionados à educação inclusiva, alfabetização, letramento, deficiência, práticas pedagógicas e formação docente. Conforme Gil (2019), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em materiais já elaborados, contribuindo para a construção do conhecimento sobre o tema investigado. Também foi realizada pesquisa documental, considerando documentos oficiais e registros escolares relacionados à educação inclusiva e ao processo de ensino e aprendizagem.

A pesquisa de campo ocorreu em uma escola da rede municipal localizada em uma cidade do Agreste pernambucano, tendo como foco as práticas pedagógicas desenvolvidas em salas de aula inclusivas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A coleta de dados foi realizada por meio de observação e aplicação de questionários e/ou entrevistas aos profissionais envolvidos, buscando identificar estratégias, recursos e dificuldades presentes no processo de alfabetização dos estudantes com deficiência. Para Lakatos e Marconi (2021), a pesquisa de campo permite obter informações diretamente no ambiente em que o fenômeno ocorre.

Os dados foram organizados e analisados de forma qualitativa, estabelecendo relações entre as informações obtidas no campo e os estudos apresentados no referencial teórico. Utilizou-se como referência a análise de conteúdo, que, segundo Bardin (2016), possibilita organizar e interpretar informações a partir da identificação de temas e categorias presentes nos dados.

Durante a pesquisa, foram respeitados os princípios éticos, garantindo o caráter voluntário da participação e a preservação da identidade dos participantes e da instituição. Dessa forma, a articulação entre os estudos teóricos, a análise documental e a investigação de campo possibilitaram compreender os desafios e as possibilidades das práticas pedagógicas inclusivas no processo de alfabetização de estudantes com deficiência.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva fundamenta-se no princípio de que todos os estudantes têm direito à educação, independentemente de suas características, condições ou necessidades específicas. No contexto brasileiro, esse direito é assegurado pela Constituição Federal, que estabelece a educação como direito de todos, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que prevê o atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência também representa um importante avanço na garantia dos direitos educacionais. A Lei nº 13.146/2015 determina que o sistema educacional deve assegurar condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, considerando as necessidades específicas dos estudantes (BRASIL, 2015). Dessa forma, a inclusão não deve ser compreendida apenas como a presença física do estudante na escola, mas como a garantia de sua efetiva participação nas atividades e oportunidades de aprendizagem.

A alfabetização é um processo fundamental para o desenvolvimento escolar e social da criança, pois possibilita a apropriação da leitura e da escrita. Entretanto, alfabetizar não significa apenas ensinar letras, sílabas e palavras, sendo necessário também possibilitar ao estudante compreender e utilizar a linguagem escrita em diferentes situações sociais.

Segundo Soares (2020), alfabetização e letramento são processos distintos, porém articulados. Enquanto a alfabetização está relacionada à apropriação do sistema de escrita, o letramento envolve a utilização da leitura e da escrita nas práticas sociais. Assim, o trabalho pedagógico deve proporcionar situações significativas nas quais o estudante possa utilizar a leitura e a escrita de maneira contextualizada.

As práticas pedagógicas desempenham papel fundamental na construção de uma educação inclusiva. O professor precisa planejar atividades que possibilitem a participação de todos, utilizando metodologias diversificadas e recursos acessíveis. Nesse processo, a mediação docente é essencial para identificar dificuldades, acompanhar avanços e criar estratégias que favoreçam a aprendizagem.

De acordo com Vygotsky (2007), a aprendizagem ocorre por meio das interações sociais e da mediação, sendo o professor um importante mediador no desenvolvimento do estudante. Essa compreensão reforça a importância de uma prática pedagógica que valorize a interação, a colaboração e o acompanhamento das necessidades individuais.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos por meio das observações, questionários e entrevistas realizadas no contexto da escola pesquisada possibilitou identificar aspectos importantes relacionados ao processo de alfabetização dos estudantes com deficiência. Os resultados evidenciaram que as práticas pedagógicas inclusivas apresentam papel significativo no desenvolvimento da leitura e da escrita, especialmente quando são planejadas considerando as necessidades, os interesses e os diferentes ritmos de aprendizagem dos estudantes.

Entre as estratégias observadas, destacaram-se a utilização de recursos pedagógicos adaptados, imagens, jogos, atividades lúdicas, materiais concretos e propostas diferenciadas de leitura e escrita. Esses recursos contribuíram para ampliar a participação dos estudantes nas atividades e facilitar a compreensão dos conteúdos trabalhados. Essa realidade está de acordo com Mantoan (2015), ao destacar que a inclusão escolar exige mudanças nas práticas pedagógicas e na organização da escola, de modo que as diferenças sejam consideradas no processo de aprendizagem.

Os dados também demonstraram que a mediação realizada pelos professores constitui um elemento importante para o desenvolvimento dos estudantes. Durante as atividades, percebeu-se que orientações individualizadas, estímulos, repetição de determinados procedimentos e acompanhamento mais próximo favoreceram a participação e a realização das propostas. Essa constatação pode ser relacionada às contribuições de Vygotsky (2007), para quem a aprendizagem ocorre por meio das interações sociais e da mediação, sendo o professor um dos principais responsáveis por favorecer o desenvolvimento do estudante.

Outro resultado identificado foi a importância da valorização das potencialidades e dos ritmos individuais. Observou-se que os estudantes apresentavam diferentes níveis de desenvolvimento e maneiras distintas de responder às atividades de alfabetização. Dessa forma, práticas baseadas em uma única estratégia nem sempre atendiam às necessidades de todos. A diversificação das atividades mostrou-se importante para ampliar as possibilidades de participação e aprendizagem.

No que se refere à alfabetização, os resultados indicaram que as atividades mais significativas foram aquelas que relacionaram a leitura e a escrita a situações próximas

da realidade dos estudantes. A utilização de histórias, palavras do cotidiano, imagens e situações comunicativas possibilitou maior envolvimento nas propostas. Essa perspectiva aproxima-se da concepção apresentada por Soares (2020), segundo a qual alfabetização e letramento são processos articulados, sendo importante que a criança aprenda o sistema de escrita ao mesmo tempo em que compreenda sua função social.

Também foram identificadas dificuldades relacionadas à disponibilidade de materiais acessíveis, à necessidade de adaptações pedagógicas e à formação dos profissionais para o atendimento à diversidade. Alguns profissionais demonstraram reconhecer a importância da inclusão, mas apontaram desafios para desenvolver estratégias adequadas às necessidades específicas dos estudantes. Esse aspecto reforça a importância da formação continuada, uma vez que, conforme Nóvoa (2019), a formação docente deve estar relacionada às experiências concretas do cotidiano escolar e favorecer a reflexão sobre a prática.

Outro aspecto relevante observado foi a necessidade de articulação entre professores, profissionais de apoio, equipe escolar e famílias. O acompanhamento conjunto possibilita compreender melhor as necessidades dos estudantes e construir estratégias mais adequadas para favorecer seu desenvolvimento. A Lei Brasileira de Inclusão estabelece que o sistema educacional deve assegurar condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem às pessoas com deficiência (BRASIL, 2015), o que amplia a responsabilidade da escola para além da simples matrícula e presença do estudante.

Os resultados ainda evidenciaram que a inclusão escolar apresenta melhores possibilidades de concretização quando a escola desenvolve uma postura de respeito às diferenças e cria oportunidades para que todos participem das atividades. Nesse sentido, a educação inclusiva deve estar presente no planejamento, na avaliação, nos recursos utilizados e nas relações estabelecidas em sala de aula. A BNCC reforça a importância de garantir aprendizagens essenciais a todos os estudantes, considerando a diversidade presente no ambiente escolar (Brasil, 2018).

Diante dos resultados encontrados, compreende-se que a alfabetização inclusiva é um processo que exige planejamento, flexibilidade e acompanhamento contínuo. A utilização de recursos adaptados e metodologias diversificadas, associada à mediação docente e à valorização das potencialidades individuais, pode favorecer o desenvolvimento da leitura e da escrita. Entretanto, a efetivação dessas práticas depende

também de condições adequadas de trabalho e de investimentos na formação dos profissionais da educação.

Assim, os resultados confirmam a importância de uma prática pedagógica que não apenas reconheça a presença dos estudantes com deficiência na escola, mas que promova sua participação efetiva no processo de aprendizagem. A inclusão, nesse contexto, constitui um compromisso coletivo que envolve professores, gestores, famílias e demais profissionais, buscando garantir oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as práticas pedagógicas inclusivas que contribuem para o processo de alfabetização dos estudantes com deficiência nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A partir dos estudos realizados e das informações obtidas no contexto escolar investigado, foi possível compreender que a alfabetização inclusiva constitui um processo que exige planejamento, compromisso pedagógico e respeito às diferentes formas e ritmos de aprendizagem.

Os resultados evidenciaram que a utilização de recursos pedagógicos acessíveis e adaptados, atividades lúdicas, metodologias diversificadas e mediação individualizada pode favorecer a participação dos estudantes e contribuir para o desenvolvimento da leitura e da escrita. Também se verificou que a valorização das potencialidades dos estudantes é fundamental para que o processo de aprendizagem aconteça de maneira mais significativa e respeitosa.

Outro aspecto identificado foi a importância da formação continuada dos professores. As dificuldades encontradas no cotidiano escolar demonstram que a inclusão demanda profissionais preparados para reconhecer as necessidades dos estudantes e desenvolver estratégias pedagógicas adequadas. Nesse sentido, a formação docente deve estar articulada às situações reais vivenciadas nas escolas, possibilitando a reflexão e o aperfeiçoamento das práticas educativas.

A pesquisa também permitiu compreender que a responsabilidade pela alfabetização inclusiva não deve ser atribuída somente ao professor. A participação da gestão escolar, dos profissionais de apoio, das famílias e de outros profissionais envolvidos no acompanhamento dos estudantes é fundamental para a construção de ações

mais articuladas. Dessa forma, a inclusão escolar deve ser compreendida como um compromisso coletivo com o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento de todos.

Considerando as discussões apresentadas ao longo do estudo, entende-se que ainda existem desafios para a efetivação de uma alfabetização verdadeiramente inclusiva, principalmente no que se refere à disponibilidade de recursos, às adaptações pedagógicas e à formação dos profissionais. Entretanto, também existem possibilidades concretas de transformação das práticas escolares quando a diversidade é reconhecida como parte da realidade educacional e quando são criadas condições para a participação de todos.

Conclui-se, portanto, que a alfabetização inclusiva não consiste apenas em adaptar atividades ou materiais, mas em construir uma prática pedagógica comprometida com a aprendizagem, a autonomia e a participação dos estudantes com deficiência. As contribuições deste estudo podem auxiliar professores e instituições escolares na reflexão sobre suas práticas e na busca por estratégias que favoreçam uma educação mais acessível e equitativa.

Por fim, destaca-se a necessidade de novas pesquisas sobre a temática, especialmente estudos que acompanhem, por períodos mais longos, o desenvolvimento da leitura e da escrita de estudantes com diferentes tipos de deficiência. Investigações envolvendo outras escolas, municípios, professores, famílias e profissionais de apoio também poderão ampliar a compreensão sobre os desafios e as possibilidades da alfabetização inclusiva, contribuindo para o fortalecimento das práticas educacionais e para a produção de novos conhecimentos no campo da educação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Summus, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NÓVOA, António. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 44, n. 3, 2019.

SOARES, Magda. *Alfabetização: a questão dos métodos*. São Paulo: Contexto, 2020.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.